



ESCOLA QUE PULSA: UMA HOMENAGEM AOS 50 ANOS DA EMEF PROF. ANTÔNIO DUARTE DE ALMEIDA



DESTAQUES

A EDUCAÇÃO INFANTIL E SUA IMPORTÂNCIA NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

Bruna Dias Campos



DESAFIOS DO BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Marcia Muniz Brilhante de Toledo



Revista **a** EVOLUÇÃO

Ano III - nº 29 - Junho de 2022

ISSN 2675-2573

Uma publicação mensal da Edições Livro Alternativo

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (Angola):

Manuel Francisco Neto

Coordenaram esta edição:

Alexandre Passos Bitencourt

Andréia Fernandes de Souza

Vilma Maria da Silva

Organização:

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Colunistas: Cleia Teixeira da Silva / José Wilton dos Santos

AUTORES(AS) DESTA EDIÇÃO

- Bruna Dias Campos
- Ivan Aparecido da Silva
- Jéssica Midori Ninomiya Ribeiro
- Jucélia Maria do Nascimento
- Lucas Missio Christino
- Luiza de Caires Atallah
- Marcia Muniz Brilhante de Toledo
- Ntusa Mahuila
- Taisa da Silva Souza
- Tamires Aparecida Silva dos Santos
- Viviane de Cássia Araujo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano III, n. 29 (jun. 2022). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2022.

88 p. : il. color

Bibliografia

Mensal

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

ISSN 2675-2573 (on-line)

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

ACESSOS:



<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.29>



São Paulo
2022

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (ANGOLA):

Manuel Francisco Neto

Comissão editorial:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

José Roberto Tenório da Silva

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima

Andreia Fernandes de Souza

Denise Mak

Isac dos Santos Pereira

Patrícia Tanganelli Lara

Thaís Thomas Bovo

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Me. Adeilson Batista Lins

Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt

Profa. Esp. Ana Paula de Lima

Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza

Profa. Dra. Denise Mak

Prof. Me. Isac dos Santos Pereira

Prof. Dr. Manuel Francisco Neto

Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Profa. Dra. Patrícia Tanganelli Lara

Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo

Profa. Ma. Veneranda Rocha de Carvalho

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Profa. Mestranda Cleia Teixeira da Silva

Prof. Me. Isac dos Santos Pereira

Prof. Mestrando José Wilton dos Santos

Edição, Web-edição e projetos:

Antonio Raimundo Pereira Medrado

José Roberto Tenório da Silva

Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. (11) 98031-7887

Whatsapp: (11) 99543-5703

primeiraevolucao@gmail.com

https://primeiraevolucao.com.br

São Paulo - SP - Brasil

netomanuelfrancisco@gmail.com

Luanda - Angola

Imagens, fotos, vetores etc:

https://publicdomainvectors.org/

https://pixabay.com

https://br.freepik.com

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista, desde que citada a fonte.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

Publicada no Brasil por:

Edições
Livro Alternativo

CNPJ: 28.657.494/0001-09

Colaboradores voluntários em:



A revista **PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um projeto editorial criado pela Edições Livro Alternativo para auxiliar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

O corpo editorial da revista é formado por professores, especialistas, mestres e doutores que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação.

É totalmente financiada por professoras e professores, e distribuída gratuitamente.

PROPÓSITOS:

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores e autores independentes.

PRINCÍPIOS:

O trabalho voltado (principalmente) para a educação, cultura e produções independentes;

O uso exclusivo de softwares livres na produção dos livros, revistas, divulgação, palestras, apresentações etc desenvolvidas pelo grupo;

A ênfase na produção de obras coletivas de profissionais da educação;

Publicar e divulgar livros de professores(as) e autores(as) independentes e/ou produções marginais;

O respeito à liberdade e autonomia dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à diversidade.

**Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores.
Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.**



Filiada à:



www.primeiraevolucao.com.br

A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

SUMÁRIO

05 APRESENTAÇÃO O Editor

09 DESTAQUE

ESCOLA QUE PULSA: UMA HOMENAGEM AOS 50 ANOS DA EMEF PROF. ANTÔNIO DUARTE DE ALMEIDA

COLUNA

10 Semeando Ideias

Cleia Teixeira da Silva / José Wilton dos Santos



ARTIGOS

- | | |
|---|----|
| ★ 1. A EDUCAÇÃO INFANTIL E SUA IMPORTÂNCIA NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA
Bruna Dias Campos | 17 |
| 2. O MODELO EDUCATIVO GREGO E A EDUCAÇÃO PÓS-MODERNA
Ivan Aparecido da Silva | 23 |
| 3. A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS E OS DESDOBRAMENTOS PARA A COMUNICAÇÃO DE SURDOS
Jéssica Midori Ninomiya Ribeiro | 29 |
| 4. O BRINCAR HEURÍSTICO COMO DESEMPAREAMENTO NA INFÂNCIA
Jucélia Maria do Nascimento | 35 |
| 5. A INFRAESTRUTURA, OBJETIVOS E CONTEÚDOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA
Lucas Missio Christino | 41 |
| 6. INCLUSÃO E A EDUCAÇÃO ESPECIAL DA TEORIA PARA A REALIDADE
Luiza de Caires Atallah | 47 |
| ★ 7. DESAFIOS DO BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Marcia Muniz Brilhante de Toledo | 53 |
| 8. REFLEXÕES SOBRE A CONCEITUAÇÃO DA PEDAGOGIA UNIVERSITÁRIA NO SUBSISTEMA DE ENSINO SUPERIOR ANGOLANO
Ntusa Mahuila | 61 |
| 9. NOVAS TECNOLOGIAS NO ENSINO DA MATEMÁTICA
Taisa da Silva Souza | 67 |
| 10. O ENSINO DA ARTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Tamires Aparecida Silva dos Santos | 73 |
| 11. NEUROPSICOPEDAGOGIA E AS CONTRIBUIÇÕES PARA A APRENDIZAGEM
Viviane de Cássia Araujo | 81 |

INCLUSÃO E A EDUCAÇÃO ESPECIAL DA TEORIA PARA A REALIDADE

LUIZA DE CAIRES ATALLAH

RESUMO: Neste artigo há uma exploração do conteúdo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE), a relação entre escola e família, bem como a assistência por rede multidisciplinar e um olhar voltado ao surdo, posto que em muitos momentos este público teve que se adequar a realidade das instituições escolares, e mesmo ao cotidiano, ao invés de terem recebido essas mediações para aprendizagem da LIBRAS e a validação de sua linguagem.

Palavras-chave: Inclusão; Escola, AEE, Deficiência auditiva.

INTRODUÇÃO

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9394/96, deve haver atendimento educacional especializado nas escolas, mas não necessariamente há a adequação e adaptação que seriam necessárias. Profissionais especializados nem sempre estão atrelados a estes atendimentos, muitas crianças não possuem laudos, entre outros diversos problemas que a realidade nos impõe. Além do atendimento de surdos, as adequações exigem formação dos envolvidos, e geralmente o que acontece é uma adaptação do próprio estudante, ao invés da capacitação dos profissionais. As diferenças de aprendizagem estão presentes em vários estudantes, mas é preciso um olhar diferenciado para identificar, auxiliar e por vezes até mesmo direcionar cada criança/adolescente para um atendimento especializado. A legislação garante o atendimento educacional especializado, no entanto, aqui fica um convite para analisar a realidade vivida em algumas escolas; não há o pretexto de generalizar, mas pontuar situações para serem refletidas.

FUNDAMENTOS DAS NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

Educação Especial, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9394/96, é a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para aqueles que possuem necessidades diferenciadas de aprendizagem.

A Educação Especial começou a ser fundamentada em 1994, BRASIL/SEESP-MEC, visando respeito, igualdade e dignidade aos indivíduos que apresentam alguma necessidade especial.

O atendimento educacional especializado (AEE) é um serviço da educação especial que tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno, por meio da disponibilização de recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem (BRASIL, 2009, p. 1)

Infelizmente existe muita teoria e pouca prática, pois nem todos os profissionais da educação foram formados para receber este público e por mais que existam leis, ainda há preconceito pelo o que é diferente e o que exige adequações, estudos e mudanças. Nem todas as escolas contam com uma sala adequada para este atendimento, ou rede associada, até mesmo professor formado para tal (por meio de minha prática profissional na rede de São Bernardo do Campo, e em contato com algumas professoras nesta função, fora explicado que na rede este cargo está em vacância, portanto, não há previsão de concurso para novos profissionais executarem este trabalho, o que aumenta a quantidade de escolas que poucas pessoas com a formação necessária pode atender); além do tempo de atendimento ser muito curto nos locais que possuem no contraturno. Sem contar que há também uma questão de falta de interesse por parte de algumas famílias, ou mesmo falta de condições para logística de levar e buscar seus filhos.

De acordo com a Resolução de Nº 436/2012, no Artigo 9º:

Art. 9º. Os sistemas de ensino oferecerão nas unidades escolares o Atendimento Educacional Especializado - AEE, que tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que atenuem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

Mas é importante reiterar que nem todas as unidades escolares contam com este apoio de maneira especializada, podem assumir esta função profissionais com formação pedagógica e que tenham formações internas da rede de ensino.

É preciso que haja acolhimento da família, bem como do educando, para que possam trabalhar em parceria com a Escola e os demais profissionais envolvidos no desenvolvimento da criança.

Alguns estudantes de Educação especial contam com auxiliar, que dependendo da rede, pode apenas ser uma pessoa com Ensino Médio concluído, ou seja, sem formação específica na área; e outros ainda que acabam fazendo mais papel de Cuidador, do que Auxiliar, devido à gravidade da limitação física e/ou cognitiva da criança, ou até mesmo estagiários sem formações específicas e sem orientações no ambiente de trabalho, salvo o que os próprios professores parceiros compartilhem e/ou expliquem. Este fato pode, além de não ofertar o melhor atendimento para o estudante de inclusão, desmotivar o estudante de pedagogia.

Além destes casos, existe um outro grande problema na realidade escolar que é a crescente quantidade de crianças e adolescentes com dificuldades/limitações visíveis e que não apresentam laudos ao ingressarem na Unidade Escolar.

Em geral os pais recusam-se a acreditar no diagnóstico, especialmente porque, no caso da surdez, não há uma evidência visível (LUTERMAN apud SILVA et al, 2005)

Se há essa dificuldade com surdos, algo que exige o estudo de uma nova linguagem, mas que não há comprometimento cognitivo, é de se esperar dificuldades maiores de entendimento e aceitação por parte das famílias com crianças ativas (que brincam, se comunicam com facilidade), mas que apresentam questões de assimilação, tempo diferenciado de aprendizagem, tempo reduzido de foco... O que pode caracterizar a necessidade de um tratamento por uma rede multidisciplinar.

4.5) [...] estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos professores da educação básica com os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

4.11) [...] apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes público alvo da educação especial [...] (BRASIL, 2022).

Por vezes as famílias sequer sabem dos seus direitos e isso acaba prejudicando o estudante, pois é imprescindível que ao detectar alguma disfunção, ou mesmo limitação, seja acompanhado por profissionais especializados. Há também os que optam por não seguir todos os atendimentos, o que pode acarretar negligência, posto que aquela vida depende de um olhar amoroso e diferenciado de seus familiares para que haja a oportunidade/possibilidade de progresso dentro de suas próprias capacidades. E mesmo que não consiga acompanhar as crianças/adolescentes de sua idade, é importantíssimo a valorização dos saberes e o convívio social, favorecendo o desenvolvimento em aspectos físico/psíquicos/sociais.

A ESCOLA, O PROFESSOR E O ALUNO COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

Através da Lei de Diretrizes e Bases, deveríamos garantir uma escola inclusiva, mas ainda não são todos os que trabalham com educação, que apresentam formações adequadas, ou se quer, se esforçam para desenvolver um papel de mediação humanitária entre as questões de cada indivíduo.

Alunos com necessidades educacionais especiais são os que, durante o processo educacional, apresentarem:

I - Dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos:

a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica;

b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;

II – Dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;

III - altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes (BRASIL, 2001b, p. 2).

Ao professor cabe fazer as adaptações necessárias, sejam curriculares, sejam de ordem social, e estar em parceria com a família, demonstrar o apoio e a disposição necessários para ajudar a criança.

Segundo Maranhão (2004, p.89-90) é extremamente importante a relação família-escola, mas dentro de cada função específica:

O que família e escola julgavam suficiente no que tange à educação, já não é. O ideal é que pais, professores e comunidade estreitem seus laços e torne a educação um processo coletivo. Mas não cabe aos professores educar os pais. Seu alvo é o aluno, independente da história familiar que carrega e o influencia.

Cada ambiente social (assim chamando família e escola) tem suas diferentes importâncias e devem funcionar de acordo, mas com cuidado para que esse envolvimento da escola com a família não inverta os papéis, pois muito embora a escola tenha absorvido muitas demandas socioemocionais ao longo dos anos, e até faça parte do desenvolvimento infantil o cuidar indissociado da aprendizagem, não é função da escola, e nem é possível que tome à frente de certos tratamentos médicos e acompanhamentos, que cabe a família realizar, bem como, acompanhar também o desenvolvimento do estudante em questão, independente das adversidades e histórico familiar.

Quando a família confia na escola, eles passam a ouvir os feedbacks e procurar uma avaliação médica para criança, para que ela possa se desenvolver. É muito difícil para a família compreender as limitações de um filho, entender que ele é diferente dos demais, e por isso é tão importante essa visão diferenciada da escola, de uma forma proativa, para que a família entenda que de fato essa criança precisa de auxílio de outros profissionais, não apenas na educação, mas profissionais da saúde, e que assim possam trabalhar de forma integrada e responsável e ajudar no desenvolvimento cognitivo, físico/motor, social da criança/adolescente.

Não se trata de uma formação de cunho filantrópico (ajudar por querer ver a pobreza, a discriminação e as desigualdades sanadas), mas de dar à pessoa ferramentas, para que ela própria possa sair dessa situação que impede seu reconhecimento como pessoa de direito. O empoderamento será a chave-mestra da análise metodológica das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2013a, p. 43).

Importante ressaltar que no ambiente escolar existem diversas possibilidades e diferentes profissionais atuando, assim sendo, é possível identificar na criança/adolescente, alternativas que demonstrem a capacidade dela, então não necessariamente esse educando precisa ler e escrever, talvez ele possa se expressar através de imagens, se comunicar através de movimentos, e essa visão, os profissionais das áreas de Artes e Educação Física podem colaborar.

Os resultados alcançados no âmbito do aluno, do corpo docente, das famílias e da comunidade escolar indicam ser este um dos caminhos que atende aos direitos fundamentais da criança, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei 8069/90. Assim sendo, a continuidade do projeto torna-se uma exigência face a existência de alunos ainda em processo de atendimento e, frente às demandas que surgirão em razão da matrícula de novas crianças nas séries iniciais do ensino fundamental (prioridade estabelecida do CONSTROE). O trabalho empreendido junto a alunos que apresentavam necessidades educacionais especiais oportunizou constatar que a grande maioria conseguiu superar suas dificuldades, graças ao suporte oferecido pelos profissionais que integram as equipes do projeto. Oportunizou ainda,

identificar alunos portadores de déficits intelectuais que necessitavam frequentar classes especiais e contribuiu para melhorar a qualidade do ensino fundamental, figurando como uma das propostas que integram a Política Municipal da Educação (APAE, 2005, p. 04).

Com relação a parte pedagógica, o desenvolvimento de cada pessoa é diferente, então seja em casos de pessoas laudadas, ou diferentes formas de aprendizagem, os professores, junto à equipe escolar, precisam desenvolver alternativas para conseguir atuar de forma efetiva na vida da criança, certamente se orientados por profissionais especializados, a tendência é que haja progresso mais rápido.

A INCLUSÃO ESCOLAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS AUDITIVAS

Ao longo dos anos, muitos nomes foram usados para designar a pessoa não ouvinte, hoje em dia é importante identificá-los como surdos.

O surdo não necessariamente tem problemas de fala, eles apresentam o aparelho fonador perfeito; alguns surdos conseguem e preferem usar a voz para se comunicar, outros não conseguem, ou fazem de uma forma muito difícil para o ouvinte compreender.

A definição mais atual para a surdez é a de “experiência visual”, pois eles utilizam muito mais a visão para suas vivências do que a falta de audição.

Antigamente as escolas em que os surdos eram matriculados, era com uma visão de integração social, mas que ninguém pudesse reconhecer suas limitações, então eram forçados a falar. Eles que deveriam se enquadrar ao mundo dos ouvintes e não a sociedade ser um ambiente inclusivo. Na década de 1980 haviam discussões por todo o Brasil acerca da educação para Surdos. Para os defensores do oralismo, a surdez era vista como uma deficiência a ser normalizada.

A Libras é a sigla utilizada para designar a língua brasileira de sinais, já que cada país tem sua própria língua, que expressa os elementos culturais daquela comunidade de surdos. É utilizado pela comunidade surdas brasileiras, principalmente dos centros urbanos, pois muitas vezes os surdos que vivem em localidades distintas e em zonas rurais acabam por desconhecê-la e, assim, acabam por desenvolver um sistema gestual próprio de comunicação, restrito às situações e as vivências cotidianas. Há, também, alguns surdos que vivem nas grandes cidades que desconhecem a língua de sinais por inúmeros fatores ou não aceitação pela família, a falta de contato com outros surdos que utilizam a opção tecnológica da escola em que foi educado entre outros aspectos (FERNANDES, 2011, p.82)

A LIBRAS (Linguagem Brasileira de Sinais) não é mímica, ela tem estrutura gramatical própria e foi reconhecida como a segunda língua oficial do Brasil. Desta forma foi legitimado que o surdo não é deficiente, apenas é integrante de um meio cultural diferente. O surdo possui comprometimento auditivo, mas são pessoas igualmente capazes e que se diferenciam dos ouvintes por desenvolverem sua linguagem utilizando recursos de natureza visomotora.

Uma pena que não somos todos, ouvintes e surdos, que nos apropriamos da LIBRAS. Cada país tem sua própria língua de sinais. Na escola o surdo pode estudar em um lugar para ouvintes, ou numa escola bilíngue, ele pode ter intérpretes na sala de aula, se souber a língua de sinais, mas muitos acabam tendo que se adaptar ao ambiente escolar do ouvinte, porque ainda somos muito defasados na educação inclusiva. De toda forma, temos avançado, pois existem surdos que frequentam a faculdade, apesar de todas as dificuldades de comunicação que o mundo dos ouvintes impõe.

Nem todo surdo usa a Linguagem Brasileira de Sinais, muitos conseguem se comunicar através de leitura labial e se esforçam para falar mesmo com dificuldade; isso tudo é reflexo de uma sociedade preconceituosa que não entende as dificuldades e limitações do outro, por esse motivo apesar de muitas coisas terem mudado, os surdos ainda precisam se adequar de certa forma a sociedade, muito embora atualmente falemos tanto em inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe ao profissional da educação seu aprimoramento constante e seu olhar diferenciado para cada estudante, o que exige bastante discernimento e formações continuadas.

Deveria haver de fato a garantia do Estado com relação a estas formações, aos profissionais que atendem diretamente estes perfis de alunos, uma rede multidisciplinar que de fato funcionasse, incluindo efetivamente a área da saúde, com psicólogos, fonoaudiólogos, assistente social, terapeuta ocupacional, ortopedista, fisioterapeuta, entre outros profissionais que agregam ao atendimento da criança/adolescente. Além do mais, seria de muita valia se houvessem políticas públicas que garantissem a qualidade da sala de AEE e também uma exigência para que as famílias fossem presentes e houvesse frequência no contraturno.

Quanto a LIBRAS, existem escolas públicas que já fazem a alfabetização Bilíngue, mas deveríamos todos ser fluentes, posto que foi reconhecida como a segunda língua oficial do Brasil. Mais do que acesso para crianças e adolescentes, adultos também precisam ter contato com essa língua e redimensionar seus saberes e desconstruir seus preconceitos para que de fato possamos viver em uma sociedade melhor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APAE do Município Estudado. **Projeto de Cooperação Técnica. Município Estudado, SP: APAE, 1998.**
- _____. **Projeto Constrói.** Município Estudado, SP: APAE, 2001.
- BRASIL. Constituição, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1998/CON1988.pdf> Acesso em mai 2022.
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96,** de 20 de dezembro de 1996.
- BRITO, Lucinda Ferreira. **Por uma gramática de línguas de sinais.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, Departamento de Lingüística e Filologia, 1995.
- FERNANDES, Sueli **Educação de surdos** – 2 ed. Atual.- Curitiba i.b pex, 2011.
- MARANHÃO, Magno de Aguiar. **Educação brasileira: resgate, universalização e revolução.** Brasília, Plano: 200
- SABANAI, N. L. A evolução da comunicação entre e com surdos no Brasil. **História do ensino de línguas no Brasil,** ano 1, v. 1, p. 1- 4. jan. 2007.
- SILVA, Fábio I.; SCHMITT, Deonísio; BASSO, Idavania M. S. **Língua Brasileira de Sinais: pedagogia para surdos.** Caderno Pedagógico I. Florianópolis : UDESC/CEAD, 2002.
- _____. Ministério da Educação. **Plano Decenal de Educação para Todos.** Brasília, 1993. Disponível em: <<http://dominiopublico.mec.gov.br/download/texto/me002599.pdf>>. Acesso em: mai 2022.
- _____. **Lei n. 9.394,** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: Acesso em mai 2022.



Luiza de Caires Atallah

Graduação em Educação Artística pela Faculdades Integradas Coração de Jesus, FAINC, Santo André, SP; Pós graduação em Educação Musical, FAINC, Santo André, SP; Graduação em Pedagogia pelo Centro Universitário de Jales, UNIJALES, Polo Santo André, SP; Pós graduação em Psicopedagogia Institucional pelo Centro Universitário de Jales, UNIJALES, SP. Professora Especialista (Arte) Fundamental I Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo, PMSBC. Professora de Fundamental II e Médio (Arte) Prefeitura de São Paulo, PMSP.



<https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.29>

LUÇÃO



A educação por que a vive

www.primeiraevolucao.com.br

a EVOLUÇÃO
ISSN 2675-2573

50 anos
Cinquentenário
EMEF PROF. ANTÔNIO DUARTE DE ALMEIDA

**ESCOLA QUE PULSA:
UMA HOMENAGEM AOS 50 ANOS DA EMEF
PROF. ANTÔNIO DUARTE DE ALMEIDA**

DESTAQUES

A EDUCAÇÃO INFANTIL: ESSA IMPORTÂNCIA NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA
Bruna Dias Campos

DESAFIOS DO BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Marcia Muniz Brilhante de Toledo

www.primeiraevolucao.com.br

ORGANIZAÇÃO:

Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Bruna Dias Campos
Ivan Aparecido da Silva
Jéssica Midori Ninomiya Ribeiro
Jucélia Maria do Nascimento
Lucas Missio Christino
Luiza de Caires Atallah
Marcia Muniz Brilhante de Toledo
Ntusa Mahuila
Taisa da Silva Souza
Tamires Aparecida Silva dos Santos
Viviane de Cássia Araujo

ISSN 2675-2573

9 772675 257003

doi <https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.29>

Produzida com utilização de softwares livres



www.primeiraevolucao.com.br

Filiada à:

